
AO JUÍZO DA DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX - UF.

Distribuição por dependência ao processo XXXX-X/XX

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, menor absolutamente incapaz, representado por sua genitora **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, Carteira de Identidade nº XXXXXXXXX SSP/UF, CPF nºXXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada no ENDEREÇO, CEP XXXXX-XXX, telefone: XXXXX-XXXX, vem perante Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, propor

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

(SOB O RITO DA PENHORA)

Em desfavor do alimentante **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, Carteira de Identidade nº XXXXXXXXX SSP/UF, CPF nºXXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada no ENDEREÇO, CEP XXXXX-XXX, telefone: XXXXX-XXXX, pelos motivos de fato e fundamentos de direito que a seguir expõe:

DOS FATOS

Conforme consignado na sentença nos autos do processo nº XXXX.XX.X.XXXXXX-X de competência da Vara de Família, Órfãos e Sucessões de XXXXXXXX/UF **o Executado foi condenado ao pagamento de alimentos em favor da Exequente no percentual de XX% (XXXXX por cento) dos rendimentos brutos, abatidos apenas os descontos compulsórios, a ser descontado em folha de pagamento do Executado.**

Ocorre que em XX/XX/XXXX houve a rescisão do contrato de trabalho, que conforme cálculos descritos o Executado fazia jus ao

recebimento de **R\$ X.XXX,XX** que após deduzidos os **descontos compulsórios** quais sejam: Vale alimentação: R\$ X, Previdência Social: R\$ X, adiantamento salarial R\$ XXX,XX, resultou no **valor de R\$ X.XXX,XX**, valor este que deveria ser a base de cálculo dos alimentos devidos à Exequente.

Desta forma, à título de alimentos a favor da Exequente caberia o percentual de XX% sobre R\$ X.XXX,XX, **que corresponde a R\$ X.XXX,XX.**

No entanto, o empregador do Executado somente efetuou o desconto do valor de R\$ XXX,XX, que foi repassado a Exequente, á título de alimentos, restando pois uma diferença a ser paga pelo Executado de R\$ XXX,XX, que atualizada perfaz a quantia abaixo atualizada:

Valores atualizados pelo INPC até: XX/XX/XX					
Data	Parcela	Parcela atualizada	Juros	Total	Saldo
XX/XX/XX	XXX,XX	XXX,XX	XX,XX	XXX,XX	XXX,XX
Total					XXX,XX

DOS PEDIDOS

1. Nestes termos, requer a Vossa Excelência digne receber a presente demanda para:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) seja realizada penhora ON LINE, de numerário e/ou aplicações financeiras do Executado, nos termos do art. 854, do CPC, no valor devido de R\$ XXX.XX para assegurar a eficácia da presente execução;

c) na sequencia seja determinada a intimação do Executado (art. 513, §2, do CPC), para, no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento do valor devido de R\$ XXX,XX, a ser depositado na Conta , Agência: , Banco .
c) , em nome da genitora do menor;

d) caso o Executado não efetue o pagamento dos alimentos no prazo legal, requer caso não tenha sido deferido o pedido do item b, retro, **que seja realizada penhora ON LINE de numerário e/ou aplicações financeiras do Executado** no valor total de R\$ XXX,XX (VALOR DEVIDO PELO EXECUTADO MAIS XX%), que compreende o principal mais a multa de X% (R\$ XX,XX) e os honorários a favor do PROJUR de XX% (R\$ XX,XX), a incidir ambos os percentuais sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º do CPC;

e) caso o Executado não efetue o pagamento do débito alimentar no prazo legal, requer seja determinado também o protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517, do CPC, bem como, a inclusão do nome do Executado junto aos cadastros do SPC-SERASA, nos termos do art. 782, § 3º do CPC;

f) a intervenção do Ministério Público;

g) a condenação do Executado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PRODEF;

Destarte, protesta provar o alegado, por todos os meios de prova permitidos em direito.

Atribuí-se à causa o valor de R\$ XXX,XX

Pede deferimento.

XXXXXXX/UF, DIA de MÊS de ANO.

FULANO DE TAL

Representante legal da Exequente

FULANO DE TAL

Defensor Público